

# Presidente da Funai explica as demissões

## O encontro dos índios com o Papa preocupa o órgão

"Ele é um representante de um Estado independente, que é o Vaticano. Não vai haver interferência indêbita em outro Estado, que é o Brasil. Então, não há condições dessa coisa ser levada ao Papa, uma vez que ele nem tomaria conhecimento". Essa é a expectativa do presidente da Fundação Nacional do Índio, coronel João Carlos Nobre da Veiga, manifestada ontem, diante da possibilidade de os índios exporem a João Paulo II a solicitação de demissão dos dirigentes do órgão, durante encontro marcado para quinta-feira próxima, em Manaus. A solicitação dos índios é citada em comunicado à imprensa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do Conselho Indigenista Missionário, divulgado na Capital Federal no dia da chegada do Papa ao Brasil.

O presidente da Funai revelou, ainda, que "não vejo com bons olhos, porque é contrário à Lei", o apoio da Igreja Católica à organização dos índios brasileiros em torno de entidades por eles criadas, expresso no documento da CNBB e do Cimi. "Me parece que essa entidade, por Lei, é proibida", disse ele referindo-se à União das Nações Indígenas. "De maneira que não se pode apoiar uma coisa que por Lei é proibida", complementou.

As posições do presidente da Funai quanto aos índios em relação ao Papa e à Igreja Católica no Brasil foram reveladas em entrevista coletiva ontem concedida por ele, na sede da Funai, em Brasília, durante a qual falou a respeito da crise no órgão com as demissões de funcionários que, de

acordo com texto distribuído na ocasião, totalizam 34, de 28 de maio a 1º deste mês.

Ao longo das últimas 32 das 42 páginas de um texto de 54, a direção da Funai relata ao ministro Mário Andreazza, do Interior, sua versão dos fatos relativos às denúncias dirigidas ao ministro, em carta com cópias para os presidentes do Senado e da Câmara Federal, assinada por 21 indigenistas, que entre outras solicitações, fazem a "apuração dos fatos nos termos da Lei", rogando "a inclusão de indigenistas de comprovada competência e ilibada reputação na referida apuração". As três primeiras páginas do texto da Funai são um "resumo dos acontecimentos que levaram à demissão de servidores", reiterando que eles foram exonerados por "indisciplina" - três - "contestação à administração" - um - "a pedido em caráter irrevogável" - nove - e, finalmente, "por justa causa, em função de abaixo-assinado encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, contendo acusações infundadas à administração da Funai" - 21.

Seguem-se, integradas ao documento da direção da Funai, a carta-denúncia de sete páginas que causou a demissão dos 21 denunciantes e, finalmente, a versão da direção da Funai sobre as denúncias.

Após apresentar a versão dos denunciados para cada uma das 19 denúncias contidas na carta dos 21 denunciantes, negando que sejam procedentes, o documento afirma, ao final, que se trata, "salvo melhor juízo, de um rol de

críticas levianas e inconsistentes, por isso que indignas de crédito". Nele não há referência às denúncias de corrupção e mordomia anteriormente feitas pelos sete primeiros indigenistas e pedirem demissão da Funai.

### SEM MEDO DA OAB

Indagado sobre como vê a possibilidade de a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, posicionar-se na crise diante da demissão dos 21 denunciadores pela Funai, a partir da decisão que tomou sexta-feira última, de não entrar em recesso até deliberar a respeito, respondeu Nobre da Veiga: "Eu vejo muito bem esse atendimento da OAB, porque é um direito que cabe a ela.

Nós não temos o menor ressentimento e nenhum medo da medida que foi tomada, uma vez que ela é respaldada em amparo legal".

Ontem, em Brasília, a Associação Brasileira de Antropologia - Seção do DF, informou através do antropólogo Gustavo Ribeiro que, não obstante considere "o momento desaconselhável para travar relações de trabalho com a Funai" como o fez, dirigindo-se aos antropólogos, em nota divulgada sexta-feira última, à ABA - DF, "faz questão de manter aberta a possibilidade de conversações com os dirigentes da Funai, dependendo dos termos dessas conversações, no sentido da superação da crise".

Gustavo Ribeiro classificou a manutenção dessa possibilidade como "uma exigência de comportamento democrático".